

## Formação para o trabalho: categoria central para a definição da identidade das bibliotecas no contexto da educação profissional e tecnológica

**Carlos Robson Souza da Silva**

Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Londrina, PR, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6489-3210>  
[crobsonss@gmail.com](mailto:crobsonss@gmail.com)

**Luciane de Fátima Beckman Cavalcante**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3314-003X>  
[luciane.cavalcante@facc.ufrj.br](mailto:luciane.cavalcante@facc.ufrj.br)

**Pablo Parra Valero**

Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Documentación, Madrid, España

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8493-0701>  
[pablo.parra@ucm.es](mailto:pablo.parra@ucm.es)

### ARTIGOS

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n1.2024.53066>

**Recebido/Recibido/Received:** 2024-01-11

**Aceito/Aceptado/Accepted:** 2024-03-12

**Publicado/Publicado/Published:** 2024-03-27

#### Resumo

Trata do debate sobre a identidade das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O presente trabalho tem como objetivo geral debruçar-se sobre essa temática de maneira a propor uma categoria teórica que possa ser tida como central para a definição da identidade das bibliotecas no contexto da EPT, refletindo a sua singularidade ante às tipologias já existentes. Para isso, realizou-se uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, com base em uma pesquisa bibliográfica. Para efetivar a pesquisa, agrupou-se e discutiu-se os resultados na seguinte ordem: “Educação Profissional e Tecnológica no Brasil”, e “Formação de trabalhadores como categoria central para a definição da identidade das bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica”. Conclui-se aqui que a discussão sobre a identidade das bibliotecas no contexto da EPT deve iniciar por entendê-las não como meros setores de apoio dentro das IEPTs, mas como unidades essenciais no processo de educação crítica e integral dos estudantes, tendo como ponto de partida a prática social da formação de trabalhadores. Desta forma, mais do que bibliotecas mistas, multiníveis, técnico-acadêmicas ou educativas públicas, as bibliotecas devem ser entendidas como bibliotecas profissionalizantes.

**Palavras-Chave:** Bibliotecas Profissionalizantes. Educação Profissional e Tecnológica. Formação de Trabalhadores. Tipologia de Bibliotecas.

#### Formación de trabajadores: categoría central para la definición de la identidad de las bibliotecas en el contexto de la formación técnico-profesional

Aborda el debate sobre la identidad de las bibliotecas en el contexto de la Formación Técnico-Profesional (FTP). El objetivo general de este trabajo es centrarse en este tema para proponer una categoría teórica que pueda considerarse central para la definición de la identidad de las bibliotecas en el contexto de la

FTP, reflejando su singularidad en comparación con las tipologías existentes. Para ello se realizó una investigación teórica, con enfoque cualitativo, basada en investigación bibliográfica. Para realizar la investigación, los resultados fueron agrupados y discutidos en el siguiente orden: “Formación Técnico-Profesional a en Brasil”, y “La formación de los trabajadores como categoría central para definir la identidad de las bibliotecas en la Formación Técnico-Profesional”. Se concluye aquí que la discusión sobre la identidad de las bibliotecas en el contexto de las FTP debe comenzar por entenderlas no como meros sectores de apoyo dentro de las IFTP, sino como unidades esenciales en el proceso de formación crítica e integral de los estudiantes, teniendo como punto de partida salida iniciando la práctica social de la formación de trabajadores. De esta manera, más que bibliotecas mixtas, multinivel, técnico-académicas o educativas públicas, las bibliotecas deben entenderse como bibliotecas profesionales.

**Palabras-clave:** Bibliotecas profesionales. Formación Técnico-Profesional. Formación de trabajadores. Tipología de bibliotecas.

### **Workers’ education: central category to the definition of the identity of libraries in the context of Vocational Education and Training**

#### **Abstract**

This paper focuses on the debate about the identity of libraries in the context of Vocational Education and Training (VET). The present work has the general objective of looking into this theme in order to propose a theoretical category that can be considered central to the definition of the identity of libraries in the context of VET, reflecting their uniqueness in the face of existing typologies. For this, a theoretical research was carried out, with a qualitative approach, based on a bibliographical research. The material to be analyzed was chosen through intentional sampling, being selected mainly those that addressed the themes “Vocational Education and Training” and “Libraries in the context of Vocational Education and Training”. It is concluded here that the discussion about the identity of libraries in the context of the VET must begin by understanding them not as mere support sectors within the VETEs, but as essential units in the process of critical and integral education of students, having as a starting point starting with the social practice of workers’ education. In this way, more than mixed, multilevel, technical-academic or public educational libraries, libraries must be understood as vocational libraries.

**Keywords:** Vocational Libraries. Vocational Education and Training. Education of Workers. Library Types.

## **1 Introdução**

O debate sobre a identidade das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é tema recorrente nas áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil. Esta comunicação, por exemplo, dá continuidade aos trabalhos “As bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: fundamentos e identidades” de Silva, Cavalcante e Paletta (2021) e “Um novo modelo de biblioteca’: o discurso sobre a identidade das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica” de Silva, Cavalcante e Furlanete (2022), e assim como eles busca se debruçar sobre essa mesma temática, de maneira a compreendê-la e aprofundá-la

Nos trabalhos anteriores, descobriu-se que ao ser conduzido de maneira a tentar encaixar tal identidade em conceitos já consolidados como “bibliotecas escolares” e “bibliotecas universitárias” ou um amalgama entre eles (mistas, multiníveis, técnico-acadêmicas), o debate sobre as bibliotecas vinculadas a Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (IEPTs) acabam por desconsiderar como a singularidade da própria modalidade educacional ao qual

pertencem, sua história, suas teorias e seus objetivos podem contribuir para que esta terminologia seja definida de forma adequada.

Dentre os motivos encontrados nos textos anteriores e que podem estar direcionando os debates nesse sentido, pode-se destacar: o protagonismo de fala exercido por bibliotecários provenientes dos chamados Institutos Federais no processo da definição da identidade de tais bibliotecas, sobrepondo a experiência das suas bibliotecas sobre as de outras IEPTs; a falta de unidade ontológica entre as redes e instituições especializadas na oferta de tais cursos e programas; e a diversidade de modalidades e níveis de ensino aos quais os cursos e programas da EPT estão vinculados.

Como resolução para o primeiro motivo, seria necessária uma pesquisa bibliográfica ou de campo que pudesse dar ouvidos às pessoas bibliotecárias que atuam em outras IEPTs que não apenas os dos Institutos Federais, o que não será possível ser desenvolvido nos limites deste trabalho. O segundo motivo já buscou ser desenvolvido em Silva, Cavalcante e Paletta (2021) com a definição do conceito de IEPTs, que, acredita-se aqui, tenha a capacidade de prover de unidade a diversidade de experiências de bibliotecas, podendo ser tomada como categoria ontológica para a sua definição.

O presente trabalho, portanto, trata do terceiro motivo, acreditando que, se se tomar o conceito de IEPT como categoria ontológica que dá unidade à diversidade de experiências de bibliotecas na Educação Profissional, pode-se também tomar que ao deslindar-se um conceito que traga unidade para a diversidade de formações ofertadas pelas IEPTs, encontre-se categoria teórica que defina sua centralidade teleológica e assim se encaminhe para a definição da identidade de suas bibliotecas. Por isso, quer-se aqui saber: que categoria teórica pode ser utilizada para a definição de bibliotecas em IEPTS, que celebre a diversidade de modalidades e níveis de ensino aos quais os cursos e programas da EPT estão vinculados, mas que efetivamente demonstre sua unidade teleológica, ou seja, seus propósitos em comum?

Para solucionar tal problemática, toma-se como objetivo geral propor uma categoria teórica que possa ser tida como central para a definição da identidade das bibliotecas no contexto da EPT, refletindo a sua singularidade ante às tipologias de bibliotecas já existentes e a sua unidade teleológica em meio à diversidade de cursos e programas às quais atende.

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, com base em uma pesquisa bibliográfica realizada em bases de dados. O material analisado foi escolhido por meio de amostragem intencional, sendo selecionados, principalmente, aqueles que abordassem os temas “Educação Profissional e Tecnológica” e “Bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica”.

## 2 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A diversidade de cursos e programas que as bibliotecas atendem no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e a multiplicidade de possibilidades de articulação desses cursos e programas com as modalidades e níveis de ensino preceituados pela *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)* é resultante de um processo histórico de longa duração, que remonta ao final do século XIX e se estende até os dias de hoje.

Sua origem está em uma série de iniciativas, a maioria delas privadas e de caráter assistencialista, que teriam como principal interesse a oferta aos filhos da classe trabalhadora de uma formação que os desse acesso às primeiras letras e aos conhecimentos operacionais mínimos e necessários para atuar em uma profissão reconhecida no mundo do trabalho, de maneira que pudesse ampará-los e “desviá-los” do que então eram considerados vícios e vadiagem. Dentre as primeiras dessas iniciativas, pode-se destacar o Colégio de Fábricas, criado por D. João VI, em 1809, considerado a primeira forma institucionalizada de educação formal articulada à formação para o trabalho, dando origem assim ao que hoje se conhece por Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (IEPT) no Brasil (Souza; Benites, 2021).

Tais argumentos foram renovados com a criação de outras instituições durante os anos finais do Império e os anos iniciais da Primeira República. Exemplo disso, é a criação a nível federal das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, cem anos depois do Colégio de Fábricas, que mantinha a necessidade de “[...] habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual [e] fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime [...]” (Brasil, 1909 *apud* Souza; Benites, 2021, p. 6-7).

Uma importante mudança ocorreria, porém, durante os anos do Governo Getúlio Vargas. A chamada Reforma Capanema, que recebeu este nome devido ao ministro da Educação que a implementou, traria mudanças significativas para a Educação Profissional e Tecnológica, sendo a primeira delas a elevação da modalidade do nível primário para o ensino médio. Além disso, as Escolas de Aprendizes Artífices que à época já se chamavam de Liceus Profissionais, passaram a ser chamadas de Escolas Industriais e Técnicas, passando a ter “[...] personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira com autonomia didática e de gestão [...]” (Sousa; Gandara, 2023, p. 6). Na mesma época, deu-se início também a criação do atualmente chamado Sistema S, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1942 e 1946, respectivamente (Souza; Benites, 2021).

As transformações industriais e a busca pelo milagre econômico vão ocasionar outra mudança significativa para a Educação Profissional e Tecnológica anos depois. Já prevista na Lei

das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, começou-se a se pensar uma proposta de “[...] flexibilização legal para criação de cursos intermediários entre o técnico e o superior, denominados mais tarde como Cursos Superiores de Tecnologia (CST)” (Nogueira; Moraes, 2022, p. 490). As primeiras experiências se deram através da criação do curso de Engenharia de Operações de apenas três anos, mas só puderam ser efetivadas durante o período da Ditadura Militar, quando o suposto “milagre econômico” demandava profissionais de nível superior mais flexíveis e capazes de responderem a problemas práticos do cotidiano no sistema produtivo (Sousa, 2020, p. 326).

Dentre as ações governamentais para efetivar tal proposta destaca-se a nível federal a reorganização das então Escolas Industriais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e a nível estadual o papel primordial do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza de São Paulo, principalmente através das suas Faculdades Tecnológicas “[...] por meio das quais passou a organizar seus cursos técnicos de nível superior até meado dos anos 1990, quando os CSTs [cursos superiores de tecnologia] foram instituídos a nível nacional [...] pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)” (Sousa, 2020, p. 327).

Quando da redemocratização e, logo em seguida, da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Educação Profissional e Tecnológica já era entendida como uma modalidade de ensino capaz de integrar-se “[...] aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996). Seus cursos e programas poderiam ser classificados como de nível básico, técnico e tecnológico, como no Decreto n. 2.208 de 1997 (Brasil, 1997), ou como de qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação, como no Decreto n. 5.154 de 2004 do primeiro Governo Lula (Brasil, 2004).

Esse último decreto foi importante também para a expansão e a humanização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Em relação à expansão, Silva, Cavalcante e Paletta (2021) destacam a criação dos Institutos Federais, do Programa Brasil Profissionalizado e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ampliando assim a oferta de cursos e programas de profissionalização de jovens e adultos. E em relação à humanização, os ideais que permearam o novo decreto acabaram criando a possibilidade de, mesmo em meio às demandas do capital por mão de obra qualificada, se promover uma educação para além do instrumental, ou seja, “[...] uma formação humana envolvendo as dimensões social, intelectual e profissional” (Nasinhaka; Pereira; Paixão, 2021, p. 15).

Mais recentemente a Educação Profissional vem se ampliando também a nível de pós-graduação com a criação e implementação de cursos de Mestrado e Doutorado Profissional. Previstos desde a década de 1960, os primeiros cursos de mestrado profissional vão surgir principalmente durante a década de 1990 e se expandir entre 2013-2016 (Marquezan; SAVEGNAGO, 2019). Já os doutorados profissionais se estabeleceram no início da década passada e estão regulamentados pela Portaria CAPES n. 60, de 20 de março de 2019, que efetiva o papel da pós-graduação profissional de “[...] capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia [...]” (CAPES, 2019, p. 1).

Esse cenário revela como as relações entre capital, Estado e os interesses da classe trabalhadora acabaram por moldar ao longo da história uma Educação Profissional e Tecnológica verticalizada e articulada aos diferentes níveis e modalidades educacionais previstas na legislação educacional brasileira, contrariando o fato de que tal experiência fosse inovadora e restrita aos Institutos Federais, como percebido nas proposições conceituais sobre as bibliotecas neles inseridas (Silva; Cavalcante; Furlanete, 2022). É por isso que o presente trabalho parte do pressuposto de que a categoria central para definir o conceito de bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica não está na diversidade de modalidades e níveis a qual ela atende, mas sim em outro ponto, mais sensível, polêmico e capaz de perpassar todos esses níveis e modalidades: a sua orientação à formação para o trabalho.

### **3 A formação para o trabalho como categoria central na definição da identidade das bibliotecas na educação profissional e tecnológica**

Como iniciado na seção anterior, a relação entre trabalho e educação é percebida desde as primeiras proposições de Instituições de Educação Profissional e Tecnológicas (IEPTs). A polêmica na integração entre esses dois tópicos está no ponto de vista que se assume como ideal para que eles se entrelacem na formação dos sujeitos. Se por um lado, acreditava-se que o trabalho tinha um papel moralizante e salvacionista e que deveria ser ensinado desde a tenra idade de maneira que os jovens pudessem contribuir para a pátria, tornando-se cidadão produtivo, por outro, sempre houve aqueles que compreendiam o trabalho como princípio educativo, capaz de proporcionar uma formação humana integral e emancipatória para todos os estudantes.

No primeiro ponto de vista, moralizante e salvacionista, revelava-se que para além de boas intenções, o que essa corrente escondia era um projeto das classes dominantes em manter a si mesmas como dirigentes da sociedade, enquanto que à classe trabalhadora e aos seus filhos

seriam destinadas apenas profissões operacionais, de modo a se tornarem exército de reserva para o mercado de trabalho. Essa constatação se alinha ao que é amplamente defendido nos estudos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como a teoria da dualidade histórica da educação brasileira. Exemplo disso é que, ao invés de integrar os “pobres e demais desvalidos da sorte” nas escolas tradicionais, decidiu-se por criar instituições e roteiros formativos diferentes, que até metade do século passado não eram equivalentes e que não davam acesso ao ensino superior tradicional. De acordo com essa teoria, a escola é compreendida como “[...] instrumento de dominação do Estado burguês para inculcação da ideologia burguesa e formação do trabalhador que em nada colabora com o processo de equalização social e que ainda coloca os sujeitos a margem da sociedade burguesa e alheios ao movimento revolucionário de sua própria classe” (Nogueira; Moraes, 2022, p. 488).

Recentemente, tal pensamento renovou-se com a imposição dos ideais neoliberais à educação. Passou-se a compreender a educação e a qualificação profissional, técnica e tecnológica como requisito para “[...] a ascensão via melhor colocação no mercado de trabalho” (Souza, 2020, p. 331). Souza (2020, p. 323) afirma ainda que a grande quantidade de oferta de cursos com menor duração, mais práticos e enxutos e de currículo flexível, tem como público-alvo jovens desempregados e vem “[...] cumprindo papel importante na conformação ética e moral de parcela significativa da força de trabalho, de modo a educá-la para encarar com naturalidade as instabilidade e vulnerabilidades do mercado de trabalho [...]”.

Neste cenário, o segundo ponto de vista surge ao mesmo tempo como perspectiva crítica e como proposição de uma educação transformadora e emancipadora para a classe trabalhadora. O trabalho se torna princípio educativo e se desvincula da ideia de emprego e a educação da ideia de conformação às necessidades do mercado.

Tomar o trabalho como princípio educativo é, de acordo com Ciavatta (2019, p. 142), reafirmar a importância do trabalho na educação do jovem, preparando-o para o exercício disciplinado do trabalho, mas também para o “[...] acesso ao conhecimento técnico e científico dos processos produtivos e [para o] entendimento das relações de classe subjacentes ao trabalho e à educação nas sociedades capitalistas”. O trabalho deixaria, portanto, de ser visto como fonte de exploração da classe trabalhadora e passaria a ser visto como sua humanização.

Sob essa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica providenciaria, por meio de seus cursos e programas, uma formação para o trabalho considerada integral, que garantisse “[...] aos trabalhadores, às trabalhadoras seu direito a outro paradigma de educação, de formação humana, de emancipação [...]” (Arroyo, 2019, p. 17). Para além de uma formação operacional, os sujeitos poderiam ter acesso a uma formação que integrasse todas as dimensões da vida no processo educativo, re-humanizando-o integralmente.

Ambos os pontos de vista, apesar de contraditórios, permeiam, porém, a história normativa recente da Educação Profissional e Tecnológica. Estando presente na *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional* de 1996 e mais expressivamente na Resolução CNE/CP n.1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

De acordo com a Resolução,

A Educação Profissional e Tecnológica é a modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (Brasil, 2021, p. 1).

Ou seja, é uma modalidade educacional que deve prover uma educação integral e que articule todas as dimensões da vida no processo educativo, ao mesmo tempo em que deve atender às exigências de formação profissional do mundo do trabalho. Isso fica evidente no capítulo sobre os princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica. Os incisos I e IV demonstram que os cursos devem ser articulados às necessidades do setor produtivo, entendendo seu papel na inserção laboral dos estudantes, e também terem o trabalho como princípio educativo, respeitando sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia.

Independente do ponto de vista que seja assumido na criação e implementação de cursos, programas e instituições, o que fica claro é que o trabalho e mais especificamente a **formação para o trabalho** é a categoria que deve ser considerada como central na determinação de sua identificação com a Educação Profissional e Tecnológica. Silva, Cavalcante e Paletta (2022, p. 35) já haviam demonstrando isso ao afirmar que

[...] quando se conceitua Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, não se deve focar especificamente na totalidade de cursos que ela está ofertando atualmente [...], mas em questões ontológicas (a justificativa de sua criação, a sua história, a sua natureza propriamente dita), de questões teleológicas (os objetivos de sua criação e a modalidade dos cursos que ofertam prioritária e obrigatoriamente) e até mesmo questões históricas (as circunstâncias e o período em que foram criados).

Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (IEPT)são, portanto. aquelas instituições classificadas como “[...] sendo de caráter público ou privado, ligada a redes federais, estaduais e distrital de ensino, cuja justificativa de criação e objetivo central é a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica em um ou mais níveis” (Silva; Cavalcante; Paletta, 2022, p. 34). Elas se distinguem historicamente das chamadas instituições de ensino básico e das instituições de ensino superior e tem como principal objetivo a formação de trabalhadores, seja

de um ponto de vista do trabalho como emprego, seja do ponto de vista do trabalho como princípio educativo.

A partir desta conclusão, a discussão sobre as bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica pode superar o que Silva, Cavalcante e Furlanete (2023) identificaram como cerceamentos de discursos sobre sua identidade, sendo eles: a restrição de sua conceituação ao contexto dos Institutos Federais e a obrigação de se encaixar tal conceituação em uma tipologia tradicional de bibliotecas, que as enquadram como algo que amalgama ou vai além das bibliotecas escolares e universitárias. Isso pode vir a acontecer, porque ao se ampliar o conceito de IEPT para além dos Institutos Federais e ao identificar a formação para o trabalho como unidade central que caracteriza todos os cursos e programas por elas ofertados independentemente do nível e da modalidade a qual estão articuladas, pode-se chegar a uma proposta conceitual que a identifique tanto sob aspectos ontológicos como sob aspectos teleológicos.

Como aspecto ontológico, pode-se registrar, como realizado na introdução deste trabalho, o fato de bibliotecas de Educação Profissional e Tecnológica são, como seu próprio nome diz, aquelas bibliotecas ligadas diretamente a IEPTs. Já sob o aspecto teleológico, pode-se classificar bibliotecas de Educação Profissional e Tecnológica como aquelas que tem como objetivo contribuir para a formação para o trabalho e, neste caso, trabalho operacional, técnico e tecnológico.

Isso corrobora com as propostas trazidas nos dois trabalhos anteriores (Silva; Cavalcante; Paletta, 2021; Silva; Cavalcante; Furlanete, 2022), em que se propõe os conceito de bibliotecas profissionais ou bibliotecas profissionalizantes como termos mais adequados para a sua identificação. Dessa forma, além de propor um termo que servisse como guarda-chuva para todas as experiências de bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica, também demonstraria seu papel educativo na formação para o trabalho dos estudantes aos quais atende.

#### **4 Considerações Finais**

Debater sobre a identidade das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica pode ser muitas vezes considerado como um trabalho desnecessário e ultrapassado. Entretanto, corroborando com Oliveira (2022, p. 65), “[...] refletir sobre a biblioteca pressupõe pensá-la como órgão ativo dentro do universo escolar, que, por meio dos seus serviços e disponibilização de materiais contribui para o processo de ensino-aprendizagem e para a concepção de sujeitos críticos que fazem efetivo uso da informação”.

Eleva-se essa discussão quando se pensa na Educação Profissional e Tecnológica em si, uma modalidade educacional historicamente marcada por preconceitos e pelas disputas entre os interesses das classes dominantes por mão de obra qualificada e os da classe trabalhadora por formação humana integral.

Conclui-se, dessa forma, que a discussão sobre a identidade das bibliotecas no contexto da EPT deve iniciar por entendê-las não como meros setores de apoio dentro das IEPTs, mas como unidades essenciais no processo de educação crítica e integral dos estudantes, tendo como ponto de partida a prática social da formação de trabalhadores. E, mais do que bibliotecas mistas, multiníveis, técnico-acadêmicas ou educativas públicas, as bibliotecas devem ser entendidas como bibliotecas profissionalizantes, ou seja, contribuintes diretas na formação para o trabalho.

O presente trabalho não encerra as discussões sobre o conceito de bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica ou como propõe-se aqui bibliotecas profissionalizantes. É necessário debruçar-se sobre a proposta aqui elaborada, definindo-a com mais precisão e mais afino, de modo a demonstrar quais os efeitos que essa concepção pode trazer sobre o papel educativo destas bibliotecas na formação de trabalhadores.

## Referências

Arroyo, Miguel. A Educação profissional e tecnológica nos interroga. Que interrogações? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, n. 1, p. 5-18, 2019. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/374>. Acesso em 20 jul. 2023.

Brasil. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em 20 jul. 2023.

Brasil. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em 20 jul. 2023.

Brasil. **Resolução CNE/CEP n. 1, de 5 de janeiro de 2021**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em 20 jul. 2023.

Ciavatta, Maria. Trabalho-Educação: uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho necessário**, v. 17, n. 32, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306>. Acesso em 20 jul. 2023.

CAPES. **Portaria CAPES n. 60, de 20 de março de 2019**. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-060-2019-03-20.pdf>. Acesso em 20 jul. 2023.

Marquezan, Lorena Peterini; Savegnago, Cristiano Lanza. O Mestrado Profissional no contexto da formação continuada e o impacto na atuação dos profissionais da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 6, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654993>. Acesso em 20 jul. 2020.

Nasinhaká, Renata; Pereira, Ascísio dos Reis; Paixão, Márcia Eliane Leindcker da. Educação profissional e tecnológica no Brasil: a perspectiva história de uma colcha de retalhos. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4014/2077>. Acesso em 20 jul. 2023.

Nogueira, Antonio Wherbty Ribeiro; Moraes, Ana Cristina de. A teoria da escola dualista na formação de tecnólogos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 484-497, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14866/12557>. Acesso em 20 jul. 2023.

Oliveira, Livia Ferreira de. Breve histórico da educação profissional e tecnológica e uma correlação com a biblioteca. **Revista Iluminart**, São Paulo, ano XIV, n. 20, jun. 2022. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/413>. Acesso em 20 jul. 2023.

Silva, Carlos Robson Souza da Silva; Cavalcante, Luciane de Fátima Beckman Cavalcante; PALETTA, Francisco Carlos. As bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: fundamentos e identidades. In: COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, 5., 2021, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/60c0a807-a32d-43d6-9b97-de16fb29b91c/003043579.pdf>. Acesso em 20 jul. 2023.

Silva, Carlos Robson Souza da Silva; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; Furlanete, Fábio Parra. “Um novo modelo de biblioteca”: o discurso sobre a identidade das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2461>. Acesso em 20 jul. 2023.

Sousa, Ivanildo de; Gandara, Lemuel da Cruz. A Educação profissional e tecnológica nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma trajetória histórica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 23, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12330>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Souza, Everton de; Benites, Larissa Cerignoni. Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma história de avanços e retrocessos. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4135/1849>. Acesso em 20 jul. 2023.

Souza, José dos Santos. Cursos superiores de tecnologia: a materialidade da formação enxuta e flexível para o precariado no Brasil. **Trabalho necessário**, v. 18, n. 36, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14866/12557>. Acesso em 20 jul. 2023.